



Estado do Maranhão
Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
DIRETORIA DE CONTROLE INTERNO

RELAT-DCI - 42020
Código de validação: 58E181073F

Relatório do Sistema de Controle Interno

Fundo Especial de Segurança dos Magistrados –
FUNSEG-JE

Prestação de Contas – Exercício 2019





Estado do Maranhão
Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
DIRETORIA DE CONTROLE INTERNO

S U M Á R I O

INTRODUÇÃO	3
1. DA EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL	4
2. DA EXECUÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS	5
3. DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	7
3.1. <i>Da realização da receita</i>	7
3.2 <i>Da realização da despesa</i>	9
CONSIDERAÇÕES FINAIS	11





Estado do Maranhão
Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
DIRETORIA DE CONTROLE INTERNO

INTRODUÇÃO

O presente Relatório é parte integrante da documentação exigida para fins de Prestação de Contas Anual, nos termos da Instrução Normativa nº 26/2011 e consoante à sistemática definida na Instrução Normativa nº 12/2005, ambas expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado do Maranhão.

O objetivo deste documento é avaliar a regularidade da realização da receita e da despesa, a execução do orçamento e dos programas de trabalho e o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, referentes ao exercício financeiro de 2019.

A prestação de contas do Poder Judiciário do Maranhão perpassa por seis unidades orçamentárias diferentes: o Tribunal de Justiça – TJMA (04101), a Corregedoria Geral de Justiça – CGJ (04102), o Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário – FERJ (04901), o Fundo da Escola Superior da Magistratura do Maranhão – FESMAM (04902), o Fundo Especial das Serventias de Registro Civil de Pessoas Naturais do Estado do Maranhão – FERC (04903) e o Fundo Especial de Segurança dos Magistrados – FUNSEG-JE (04904).

Nesta oportunidade analisar-se-á apenas a execução orçamentária do Fundo Especial de Segurança dos Magistrados – FUNSEG-JE, posto que as demais serão avaliadas em instrumentos próprios.

As constatações e considerações apresentadas pelo Controle Interno do Tribunal de Justiça do Maranhão, atividade exercida pela Diretoria de Controle Interno, basearam-se em informações prestadas pela Diretoria Financeira; nos instrumentos de planejamento orçamentário; e, em análises de processos e documentos administrativos.





Estado do Maranhão
Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
DIRETORIA DE CONTROLE INTERNO

1. DA EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

O Plano Plurianual vigente no quadriênio 2016-2019 foi estabelecido pela Lei nº 10.375 de 16 de dezembro de 2015. O Programa macro do Poder Judiciário previsto no PPA/2016-2019, Prestação Jurisdicional (código 0543), teve por finalidade *“proporcionar à sociedade maranhense o acesso à Justiça e a resolução dos conflitos, garantindo a agilidade e um atendimento de qualidade”*. Este programa foi subdividido em 9 (nove) Ações, das quais, 1 (uma) foi desenvolvida pelo FUNSEG-JE (UO 04904), a saber, 4686 – Apoio a Segurança da Magistratura.

O valor total planejado para o Programa Prestação Jurisdicional (código 0543) no ano de 2019 foi de R\$ 1.051.737.889,19 (um bilhão cinquenta e um milhões setecentos e trinta e sete mil oitocentos e oitenta e nove reais e dezenove centavos). Deste valor, 0,30% destinava-se aos projetos e atividades da unidade orçamentária do FUNSEG-JE (04904), ou seja, R\$ 3.153.480,00 (três milhões cento e cinquenta e três mil e quatrocentos e oitenta mil).

O valor acima destacado à unidade orçamentária do FUNSEG-JE restou assim distribuído:

AÇÕES PPA 2016-2019 DO PROGRAMA 0543 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL						
Projeto / Atividade	Finalidade	UO	Produto	Unidade de Medida	Metas	
					Física	Financeira
4686-Apoio a Segurança da Magistratura	Proporcionar aos magistrados condições de segurança adequadas nas sedes de jurisdicionais.	FUNSEG	medido pela despesa	unidade	-	3.153.480,00

FONTE: PPA 2016-2019 disponível em: <https://seplan.ma.gov.br/files/2013/02/LEI-N%C2%B0-10.375-DE-16-DE-DEZEMBRO-DE-2015-PPA-2016-2019.pdf>, acessado em 20/03/2020.





Estado do Maranhão
Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
DIRETORIA DE CONTROLE INTERNO

Segue abaixo a execução do PPA no exercício de 2019 para o FUNSEG:

AÇÕES PPA 2016-2019 DO PROGRAMA 0543 - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL			
Projeto / Atividade	4686-Apoio a Segurança da Magistratura		
Produto	medido pela despesa		
Unidade de Medida	unidade		
Meta Física			
Planejada (A)	Realizada (B)	Eficácia (B/A)=C	
medido pela despesa		Não disponível	
Meta Financeira			
Planejada (D)	Realizada (E)	(E/D)=F	Eficiência (C/F)
3.153.480,00	1.671.490,42	0,53	Não disponível

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficácia:

Eficácia $\geq 1,0$ e Não Eficácia $< 1,0$

Escala de Valoração adotada para a Avaliação da Eficiência:

Muito Eficiente $> 1,0$; Eficiente $= 1,0$; Média Eficiência $= 0,50$ a $0,99$ e Baixa Eficiência $< 0,50$

FONTES:

1- PPA 2016-2019 disponível em:

<https://seplan.ma.gov.br/files/2013/02/LEI-N%C2%B0-10.375-DE-16-DE-DEZEMBRO-DE-2015-PPA-2016-2019.pdf>, acessado em 20/03/2020.

2 - SISPCA - Relatório Execução Financeira por Programas e Ações emitido em 14/02/2020 pela Coordenadoria de Orçamento - Diretoria Financeira.

Do quadro acima, verifica-se que na Ação 4686 a execução da meta financeira foi de apenas 53% do planejado para o exercício. Considerando que não houve definição de meta física para esta Ação, a análise da eficiência e eficácia resta prejudicada.





Estado do Maranhão
Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
DIRETORIA DE CONTROLE INTERNO

2. DA EXECUÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) vigente para o exercício de 2019 é a de nº 10.908, de 17 de julho de 2018. Ela propôs as metas e diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária Anual de 2019. Os artigos 33 ao 41 da LDO 2019 disciplinam o procedimento de abertura de créditos adicionais para aquele exercício.

A unidade orçamentária do FUNSEG-JE previa dotação inicial na LOA 2019 no montante de R\$ 3.610.000,00 (três milhões seiscientos e dez mil reais). Mediante o Decreto do Executivo nº 34.853/2019 foi aberto crédito adicional suplementar no valor de R\$ 3.746.804,26 (três milhões setecentos e quarenta e seis mil oitocentos e quatro reais e vinte e seis centavos), tendo por fonte de recurso, o superávit financeiro apurado no exercício anterior. Assim, a dotação atualizada ao final do exercício restou em R\$ 7.356.804,26 (sete milhões trezentos e cinquenta e seis mil oitocentos e quatro reais e vinte e seis centavos).

Segue abaixo o resumo das alterações orçamentárias ocorridas no exercício de 2019:

ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS				
Nº	Origem do Recurso	Documento	Publicação	Valor
1	Superávit financeiro	Decreto nº 34.853	14/05/2019	3.746.804,26
Total				3.746.804,26
Acréscimo				3.746.804,26
Dotação Final				7.356.804,26

Fontes: Publicações no Diário da Justiça e no Diário Oficial do Estado do Maranhão encaminhados pela Coordenadoria de Orçamento – Diretoria Financeira.

As formalidades legais previstas na LDO e na LOA para fins de alterações orçamentárias foram cumpridas, não sendo identificado nenhum procedimento irregular





Estado do Maranhão
Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
DIRETORIA DE CONTROLE INTERNO

na documentação analisada.

3.DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A Lei Orçamentária Anual (LOA) vigente para o exercício de 2019, Lei nº 10.988 de 31 de dezembro de 2018, fixou créditos orçamentários ao Poder Judiciário no valor de R\$ 1.351.332.485,00 (um bilhão trezentos e cinquenta e um milhões trezentos e trinta e dois mil e quatrocentos e oitenta e cinco reais), assim distribuídos:

LOA 2019	
UO's	Dotação Inicial
TJ e CGJ	1.219.321.485,00
TJ	1.197.357.485,00
CGJ	21.964.000,00
FERJ	120.336.000,00
FESMAM	715.000,00
FERC	7.350.000,00
FUNSEG	3.610.000,00
Total	1.351.332.485,00

Fonte: LOA 2019 disponível em:

<https://seplan.ma.gov.br/files/2019/01/LOA2019Vers%C3%A3o-Final.pdf>, acessado em 20/03/2020.

O valor orçado à unidade orçamentária do FUNSEG-JE correspondeu a 0,27% do total fixado na LOA 2019. Quanto à fonte, os recursos originam-se de receitas próprias oriundas do Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário – FERJ que integram o Orçamento Fiscal, de acordo com o art. 4.º da Lei Complementar nº 164, de 1º de abril de 2014.





Estado do Maranhão
Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
DIRETORIA DE CONTROLE INTERNO

3.1. Da realização da receita

O FUNSEG foi criado pela Lei Complementar nº 164, de 1º de Abril de 2014, com o objetivo suprir, implementar, captar, controlar e aplicar recursos financeiros que serão destinados à implantação e manutenção do sistema de segurança dos magistrados; à estruturação, aparelhamento, modernização e adequação tecnológica dos meios utilizados nas atividades de segurança dos magistrados.

Nos termos do art. 4º constituem receitas do FUNSEG-JE, dentre as quais destacam-se, o percentual de 2% a 4% do produto da arrecadação das custas judiciais, taxa judiciária e do percentual de emolumentos extrajudiciais recolhidos ao FERJ, conforme definido em Ato da Presidência do Tribunal de Justiça; os rendimentos de aplicações financeiras com recursos do próprio Fundo e subvenções, auxílios públicos ou privados, específicos ou oriundos de convênios, acordos ou contratos nacionais e internacionais.

Após análise do Balanço Orçamentário observa-se que o FUNSEG-JE arrecadou o valor de R\$ 394.657,52 (trezentos e noventa e quatro mil seiscentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e dois centavos) no exercício de 2019, como demonstrado no quadro a seguir:

Arrecadação - FUNSEG-JE	
Receitas	2019
Receita Patrimonial	394.657,52
TOTAL	394.657,52

Fonte: SIGEF - Balanço Orçamentário emitido em 20/02/2020 pela Coordenadoria de Contabilidade – Diretoria Financeira

Do confronto entre a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária empenhada apura-se um resultado orçamentário deficitário no período no valor de R\$ 1.276.832,90 (um milhão duzentos e setenta e seis mil oitocentos e trinta e





Estado do Maranhão
Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
DIRETORIA DE CONTROLE INTERNO

dois reais e noventa centavos), conforme observa-se abaixo:

Apuração do Resultado Orçamentário	
	Realizada
Receita Orçamentária Realizada	394.657,52
Despesa Orçamentária Empenhada	1.671.490,42
Resultado Orçamentário	-1.276.832,90

Fonte: SIGEF - Balanço Orçamentário emitido em 20/02/2020 pela Coordenadoria de Contabilidade – Diretoria Financeira

Contudo, há de se ressaltar que o FUNSEG-JE não possui arrecadação própria, dependendo da transferência financeira de recursos do FERJ para execução das suas ações. Considerando que a receita do FERJ já foi contabilizada no exercício como receita orçamentária naquele Fundo, caso fosse contabilizada as transferências como receita orçamentária no FUNSEG-JE haveria duplicidade de informações.

Segundo as orientações do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, 8ª edição (2018, p.413) recomenda-se neste caso a adoção de Notas Explicativas com o detalhamento das receitas intraorçamentárias relevantes:

Os Balanços Orçamentários não consolidados (de órgãos e entidades, por exemplo), poderão apresentar desequilíbrio e déficit orçamentário, pois muitos deles não são agentes arrecadadores e executam despesas orçamentárias para prestação de serviços públicos e realização de investimentos. Esse fato não representa irregularidade, devendo ser evidenciado complementarmente por nota explicativa que demonstre o montante da movimentação financeira (transferências financeiras recebidas e concedidas) relacionado à execução do orçamento do exercício.

3.2. Da realização da despesa

A despesa fixada na LOA para o exercício de 2019 à unidade orçamentária do FUNSEG-JE totalizou R\$ 3.610.000,00 (três milhões seiscentos e dez mil reais). No decorrer do exercício foi aberto crédito adicional suplementar que representou um





Estado do Maranhão
Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
DIRETORIA DE CONTROLE INTERNO

acréscimo de R\$ 3.746.804,26 (três milhões setecentos e quarenta e seis mil oitocentos e quatro reais e vinte e seis centavos). Assim, ao final do exercício a dotação orçamentária fixada restou em um montante de R\$ 7.356.804,26 (sete milhões trezentos e cinquenta e seis mil oitocentos e quatro reais e vinte e seis centavos).

No quadro abaixo vemos a execução orçamentária geral do FUNSEG-JE:

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA						
PROG /AÇÃO	DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO FINAL	EXECUTADO	SALDO	%
		(A)	(B)	(C)	(B-C)	(C/B)
0543	PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	3.610.000,00	7.356.804,26	1.671.490,42	5.685.313,84	23%
4686	Apoio a Segurança da Magistratura	3.610.000,00	7.356.804,26	1.671.490,42	5.685.313,84	23%

Fonte: SISPCA - Relatório Execução Financeira por Programas e Ações emitido em 14/02/2020 pela Coordenadoria de Orçamento - Diretoria Financeira

A despesa realizada no exercício de 2019 totalizou R\$ 1.671.490,42 (um milhão seiscentos e setenta e um mil quatrocentos e noventa reais e quarenta e dois centavos), o que representa uma execução de apenas 23% da dotação final e um saldo orçamentário da ordem de R\$ 5.685.313,84 (cinco milhões seiscentos e oitenta e cinco mil trezentos e treze reais e oitenta e quatro centavos).

Conforme apresentado no Relatório de Gestão do ano de 2019, a baixa execução da Ação 4686 deu-se pelo atraso nos procedimentos licitatórios previstos para o período e que a maior parte dos investimentos em equipamentos planejados ocorreram ainda no exercício anterior.





Estado do Maranhão
Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
DIRETORIA DE CONTROLE INTERNO

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em face dos exames realizados, verificou-se que:

- a meta financeira executada foi de 23% dos recursos disponíveis no PPA para a unidade orçamentária do FUNSEG e não houve definição de meta física, o que prejudica a análise quanto à eficácia e eficiência da Ação 4686;
- os créditos adicionais do exercício observaram os requisitos legais para a sua abertura, indicando-se a existência de recursos para sua cobertura, conforme preceitua o art. 43 da Lei nº 4.320/64;
- a arrecadação do FUNSEG-JE totalizou R\$ 394.657,52 (trezentos e noventa e quatro mil seiscentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e dois centavos) no exercício de 2019
- o resultado orçamentário deficitário no valor de R\$ 1.276.832,90 (um milhão duzentos e setenta e seis mil oitocentos e trinta e dois reais e noventa centavos), justifica-se em razão do FUNSEG-JE não ser uma entidade arrecadadora, contando para o custeio de suas despesas, de recursos transferidos pelo FERJ;
- as receitas de transferências intraorçamentárias do FERJ ao FUNSEG-JE devem ser objeto de nota explicativa no Balanço Orçamentário;
- a execução orçamentária da Ação 4686 utilizou 23% da dotação atualizada para o período, demonstrando a necessidade de melhorias no planejamento da dotação na LOA;
- as despesas realizadas constaram de rubricas específicas e em conformidade com a classificação funcional-programática da Lei nº 4.320/64; bem como houve a observância às fases da despesa estabelecidas nos artigos 60, 63 e 64 da referida lei, segundo amostra definida para exame.

São Luís, 14 de abril de 2020.

JUREMA MAMEDE DE PAIVA SANTOS
Diretor de Controle Interno
Diretoria de Controle Interno
Matrícula 107318





Estado do Maranhão
Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
DIRETORIA DE CONTROLE INTERNO

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 14/04/2020 22:09 (JUREMA MAMEDE DE PAIVA SANTOS)

